

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 6 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 9 |
| 5.4 - Alterações significativas | 13 |
| 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 14 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 15 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 24 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 28 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 29 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 34 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 39 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 40 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 41 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 45 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia é controlada pelo Grupo Neoenergia, cuja política de Gestão de Risco Corporativo foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de Dezembro de 2016 e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos no Grupo e suas controladas.

Esta Política é o marco de gestão de risco corporativo do Grupo Neoenergia e suas controladas e se desdobra nos demais normativos de risco corporativos e de negócios.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca proteção são:

- Negócio: devido à incerteza das variáveis intrínsecas ao negócio, como a oferta e demanda de energia elétrica, condições climáticas e hidrologia, a estratégia dos diferentes agentes do setor, dentre outros;
- Mercado: devido à incerteza das variáveis de mercado, como por exemplo, preços e taxas de ativos financeiros, preços de energia, dentre outros;
- Crédito: devido à possibilidade das diversas contrapartes não honrarem com suas obrigações e compromissos.
- Liquidez: devido à possibilidade do Grupo ser incapaz de honrar seus compromissos e obrigações financeiras nos respectivos vencimentos, ou ainda, de haver restrições no mercado para obtenção de recursos e financiamento para suas atividades;
- Regulatórios, legais e políticos: devido à possibilidade de alteração ou criação de normas estabelecidas pelos órgãos reguladores do setor elétrico, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição;
- Operacionais: devido à possibilidade de perdas resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos ou de sistemas, o que inclui ainda os riscos ambientais, sociais, fraude e reputacionais.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A proteção e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos junto às áreas responsáveis e de consolidação das informações pela área de Gestão de Risco Corporativo do Grupo Neoenergia que, com apoio da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comissão de Gestão de Riscos, monitora a evolução, quantifica os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos, encaminhado para apreciação da Comissão de Gestão de Riscos e posterior aprovação na Diretoria Executiva do Grupo.

Complementarmente à definição dos indicadores, são propostos anualmente limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para o Grupo ou negócios específicos.

A área de Gestão de Risco Corporativo monitora e reporta periodicamente a evolução dos riscos, dos indicadores e dos limites aprovados, bem como o cumprimento das respectivas ações de mitigação e os planos de ação.

O projeto de gestão de risco corporativo do Grupo Neoenergia, iniciado no ano de 2016, concluiu naquele ano a elaboração do mapa de riscos de algumas empresas do Grupo, de forma que a elaboração dos mapas das demais empresas será elaborada ao longo do ano de 2017, o que inclui o negócio de Transmissão,

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações do Grupo e suas controladas com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, o Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, responsável por gerir um programa de integridade e estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Código de Ética
- Código de Conduta Ética para fornecedores
- Política Anticorrupção, Política de Conflitos de Interesses e Política de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens
- Norma de Relacionamento com o Poder Público
- Canal de Denúncia anônimo e Independente
- Procedimentos de investigação
- Canal de consultas éticas para colaboradores
- Comitê de Ética no Grupo e nas companhias controladas
- Avaliação de riscos de corrupção
- Treinamento para liderança e colaboradores

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação ao treinamento referente a ética e integridade para liderança e colaboradores, a capacitação acontece de duas formas: presencial e à distância (por meio de curso online).

Em 2016, o Grupo Neoenergia disponibilizou para seus colaboradores quatro cursos online sobre Ética e Compliance totalizando 458 conclusões no ano, além de dois cursos para Empresas Prestadoras de Serviços, totalizando 603 conclusões no ano.

No mesmo período, foram realizadas 18 turmas de treinamento presenciais, totalizando 940 participações ao longo do ano.

Além disso, mais de 730 empregados receberam treinamento de ética e legislação anticorrupção quando de sua fase de integração no Grupo Neoenergia.

Em relação ao canal de denúncias, o Grupo Neoenergia possui um canal independente operacionalizado pela Deloitte Touche Tohmatsu, que pode ser utilizado por seus colaboradores e pelos empregados das Empresas Prestadoras de Serviços (totalizando cerca de 27 mil profissionais) e a sociedade em geral, o que inclui, naturalmente, seus mais de 10 milhões de clientes.

Em 2016, o Canal de Denúncias da NEOENERGIA recebeu 256 relatos, sendo 42 deles procedentes, em várias empresas do Grupo. Nenhum dos relatos recebidos apontou condutas que afrontassem as leis: i) Lei nº 12.846 – Lei da Empresa Limpa; ii) Lei nº 9.613/98 – Crimes envolvendo lavagem de dinheiro; iii) Lei nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa e, iv) Lei nº 13.260/16 – Lei de Combate ao Terrorismo.

O tratamento dos relatos procedentes contemplou mudanças nos processos internos para mitigação de riscos e aplicação de sanções punitivas para os envolvidos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de risco corporativo do Grupo Neoenergia, cuja implantação se iniciou no ano de 2016, conta com a participação de seus diversos níveis hierárquicos, que participam do processo de gestão com responsabilidades bem definidas:

- Conselho de Administração do Grupo Neoenergia: responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- Diretoria Executiva do Grupo Neoenergia: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do Grupo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Superintendência de Gestão de Risco Corporativo do Grupo Neoenergia: responsável pela elaboração, coordenação e implantação das Políticas de gestão de riscos; pela elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela definição, acompanhamento e controle dos indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; pela definição e avaliação do risco de crédito das contrapartes do Grupo; pela coordenação das reuniões da Comissão de Gestão de Riscos; pela elaboração dos relatórios de acompanhamento para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração; pela busca da melhoria contínua do processo de gestão de riscos e pela disseminação da cultura de gestão de riscos no Grupo e suas controladas.
- Comissão de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia: responsável pela avaliação dos mapas de riscos estratégicos para encaminhamento à Diretoria Executiva; por contribuir com a identificação, avaliação e priorização dos riscos; pelo acompanhamento dos limites, indicadores e planos de ação; por auxiliar na disseminação dos princípios e da metodologia de gestão de riscos nas Companhias e negócios do Grupo.
- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de risco aprovados; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a 1ª linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para o Grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco é complementada pela estrutura organizacional de governança, riscos e controles do Grupo, que inclui:

- i) o Comitê de Auditoria e o Comitê Financeiro, responsáveis por análises e recomendações relacionadas a gestão de riscos como um todo e a riscos financeiros, a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- ii) as áreas de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.

Estas áreas, em conjunto com a área de Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as Áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração (Risco Corporativo, Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da política de gestão de riscos, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do Grupo Neoenergia e envolve, além das áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que a área de Auditoria Interna verifica o cumprimento das políticas e demais normativos do Grupo, associados a seu plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos, é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da empresa e é aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das Políticas de Riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética;
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Conforme mencionado no item 5.1, a Política de Gestão de Risco Corporativo da Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2016 e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos nas empresas do Grupo.

Esta Política é o marco de gestão de risco corporativo do Grupo e se desdobra nos demais normativos de risco corporativos e de negócios..

Atualmente, a Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração em Março de 2005 e revisada em Maio de 2015, é o normativo responsável pelas diretrizes referentes à gestão dos riscos de mercado. Adicionalmente, a Política de Risco de Crédito, revisada em Dezembro de 2016, define limites para realização de diversas operações, incluindo a utilização de derivativos, instrumentos utilizados para fins de proteção de riscos de mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

O Grupo Neoenergia está exposto ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado – principalmente taxas de câmbio, taxas de juros e índices de preços - que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial e, portanto, são objeto de estratégias de mitigação.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Política Financeira, aplicada a todas suas controladas, possui diretrizes em relação a gestão de riscos financeiros, incluindo riscos de mercado, com destaque para:

- Realizar estratégias de proteção (*Hedge*) para a totalidade das dívidas e financiamentos denominados em moeda estrangeira
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos ou a utilização de derivativos considerados 'exóticos'
- Manter indicadores de alavancagem e de cobertura de juros dentro de níveis pré-estabelecidos
- Buscar o alongamento do prazo médio da dívida, a diversificação de instrumentos e evitar a concentração de vencimentos

Para o risco cambial e de juros inerente às dívidas e empréstimos denominados ou indexados a moeda estrangeira, busca-se a proteção da totalidade da exposição - conforme definido na Política Financeira do Grupo – através de hedge via instrumentos derivativos. As operações de hedge são contratadas de forma que o fluxo do derivativo reproduza o fluxo de caixa das dívidas protegidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As estratégias de proteção através de instrumentos de hedge são implementadas de acordo com o volume, prazo e potencial impacto no fluxo de caixa.

Para o risco de juros ou índice de preços, como por exemplo, dívidas e empréstimos em Real atreladas ao IPCA, o Grupo busca mitigar a exposição ao IPCA através de operações com instrumentos de hedge via derivativos.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável. A Afluente T não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2016, por não possuir exposição aos riscos de mercado.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O gerenciamento de riscos de mercado é feito de acordo com as diretrizes do Grupo Neoenergia, que realiza periodicamente Comitês Financeiros nos quais são analisadas as características dos ativos e passivos tais como posição por moeda e indexador, nível de cobertura de *hedge*, *duration*, cronograma de amortizações, risco de crédito por contraparte, dentre outras. Adicionalmente, são efetuadas projeções periódicas de fluxo de caixa que visam a uma maior previsibilidade dos pagamentos e recebimentos futuros e consequentemente do correto dimensionamentos dos riscos e exposições.

Dentre os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento das estratégias de mitigação adotadas, destacam-se: i) a verificação da execução dos programas de hedge conforme aprovação; ii) a verificação do alinhamento entre os fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge, principalmente os montantes e respectivos vencimentos; iii) a atualização periódica das exposições estimadas para evitar risco de *overhedge*.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O Grupo Neoenergia e a Afluente T não operam instrumentos financeiros para fins que não sejam de proteção (hedge).

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta principalmente pelo Comitê Financeiro e pela Comissão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Norma de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das empresas do Grupo, entre elas Afluente T, e normalmente envolvem a Diretoria Executiva e/ou o Conselho de Administração, após apreciação do Comitê Financeiro.

A recomendação e a execução das operações financeiras envolvendo derivativos são realizadas por áreas independentes. É responsabilidade da Superintendência de Gestão de Risco e Planejamento Financeiro definir as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo derivativos. É responsabilidade da Superintendência de Gestão de Recursos a execução

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

Além disso, a gestão de riscos de mercado faz parte de toda a estrutura de gestão de riscos e controles descrita no item 5.1, que inclui responsabilidades bem definidas para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendência de Gestão de Risco e Comissão de Gestão de Risco, além da estrutura de linhas de defesa que conta a participação das áreas de negócio e corporativas e das áreas de Gestão de Risco, de Controles Internos, de Compliance e de Auditoria Interna.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O acompanhamento das estratégias de mitigação de risco de mercado é realizado periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro do Grupo Neoenergia, que avalia se as estratégias foram executadas conforme aprovado e se a aprovação ocorreu conforme previsto nos normativos.

Conforme informado no item 5.1, a Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos do Grupo Neoenergia para garantir o cumprimento das diretrizes da política financeira e política de risco de crédito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de melhorar a eficiência e a eficácia dos processos, e a confiabilidade dos números financeiros, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tal foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

São realizados diversos trabalhos de mapeamento de riscos e controles, visando a melhoria e maior confiabilidade dos processos. Quando oportunidades de melhoria são identificadas, o tratamento através do desenho de controle é dado pelo Gestor com o auxílio de Controles Internos que monitora a implementação e execução.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Planejamento e Controle. Existem ainda três outras Superintendências Riscos, Compliance e Auditoria Interna que atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos.

Para maior sinergia, foi criada uma comissão envolvendo estas quatro áreas, a qual se reúne periodicamente. Os papéis e responsabilidades foram definidos, bem como a interface entre os trabalhos destas áreas, conforme demonstrado no anexo 1.

Outra grande evolução foi a definição da metodologia centralizada de desenho e monitoramento de controles na Companhia.

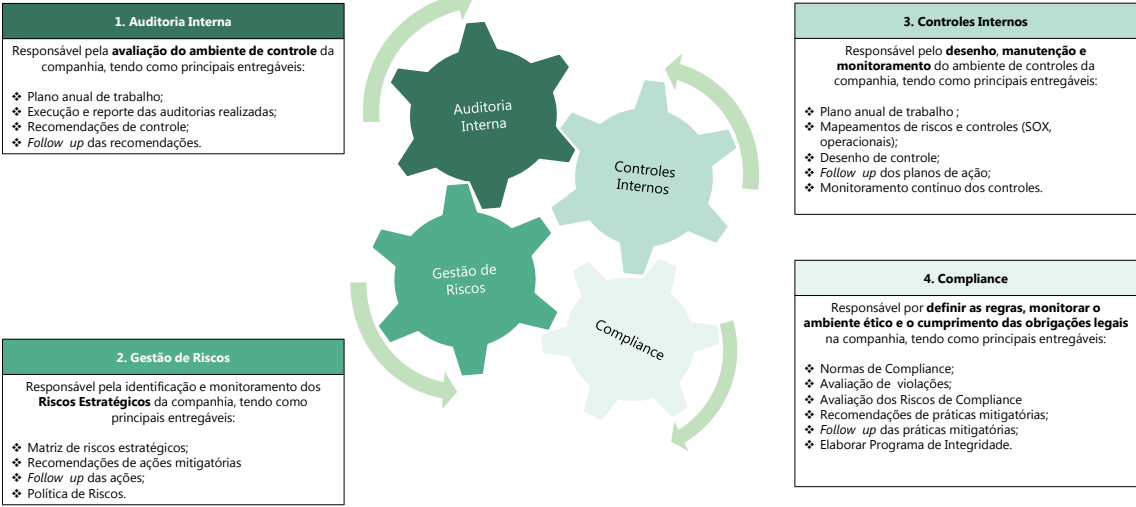
Conforme demonstrado abaixo (anexo 2), a Superintendência de Controles Internos desenha junto as áreas de negócio os controles necessários para atender a demanda da Auditoria, Riscos e Compliance, além de suas próprias demandas oriundas de seus trabalhos. Após o desenho, Controles Internos centraliza o acompanhamento da implementação e execução, reportando periodicamente à Administração.

Desta forma, além da implementação do conceito das três linhas de defesa (anexo3) abordado pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA Global), toda necessidade de desenho ou melhoria de controles está centralizada em Controles Internos, que ainda monitora a implementação / execução e reporta periodicamente o status para a Administração.

Anexo 1

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Principais entregáveis das áreas de controle



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Anexo 3



c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Mensalmente a Superintendência de Controles Internos monitora a implementação de controles, bem como a execução e qualidade das evidências dos controles da companhia. Periodicamente o resultado do monitoramento é apresentado em diversos fóruns como: reuniões de Diretoria, Comitês de Auditoria, dentre outros.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro 2016, os auditores externos utilizaram como base para suas análises a estrutura de controle internos da Companhia. Durante os trabalhos de auditoria foram identificadas deficiências de controles internos e oportunidades de melhorias, tais fatos e aspectos foram reportados no relatório de deficiências e recomendações encaminhado pelos auditores externos para a Companhia.

Após tomar ciência do relatório, a administração, avalia que atualmente não tem conhecimento de fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Não Aplicável para o ano de 2015, pois não foi elaborado relatório.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração não tem conhecimento de fatos ou aspectos que possam indicar presença de fraquezas matérias nos controles internos que possam impactar na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os fatos reportados pelos auditores externos foram divididos em duas categorias, uma referente a Gap de controle e outra com o foco em pontos de melhoria.

Para todos os fatos reportados, a Administração considera adequado os planos de ações e comentários definidos pelos respectivos responsáveis.

Tanto a Superintendência de Controles Internos, como a Auditoria Interna realizam o acompanhamento e verificação do atendimento do plano de ação ao longo do exercício fiscal. A Comunicação de Deficiências de Controles Internos, emitida pelos Auditores Independentes, é anualmente arquivada no órgão regulador, ANEEL. Os status dos planos de ação são acompanhados pelo Conselho Fiscal, órgão independente da Administração e da auditoria externa.

Não Aplicável para o ano de 2015, pois não foi elaborado relatório.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos em que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.5 - Outras informações relevantes**

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 27 de março de 2017, a S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo estabelecidos na revisão anterior atribuídos a Neoenergia e suas subsidiárias.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior rating que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

| Rating Corporativo - Escala Nacional | 2014 | 2015 | | 2016 | 2017 |
|---------------------------------------|------------|--------------|----------------------|------------|------------|
| | | Até Setembro | A partir de Setembro | | |
| NEOENERGIA | AAA | AAA | AA+ | AA- | AA- |
| Perspectiva | Estável | Negativa | Negativa | Negativa | Negativa |
| COELBA | AAA | AAA | AA+ | AA- | AA- |
| Perspectiva | Estável | Negativa | Negativa | Negativa | Negativa |
| CELPE | AAA | AAA | AA+ | AA- | AA- |
| Perspectiva | Estável | Negativa | Negativa | Negativa | Negativa |
| COSERN | AAA | AAA | AA+ | AA- | AA- |
| Perspectiva | Estável | Negativa | Negativa | Negativa | Negativa |
| ITAPEBI (Rating de Emissão) | AA+ | AA+ | AA | A+ | A+ |
| TERMOPE (Rating de Emissão) | AA+ | AA+ | AA | A+ | A+ |
| NC Energia (Rating de Emissão) | | | AA | A+ | A+ |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia dos exercícios de 2016, 2015 e 2014. A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais do Grupo constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia..

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida.

| R\$ mil | 2016 | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|--------|
| Caixa e Equivalentes de caixa com liquidez imediata | 35.307 | 42.264 | 29.284 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 5.691 | 237 | 720 |
| Patrimônio Líquido | 76.206 | 78.418 | 76.650 |

No ano de 2016 a Companhia apresentou, segundo sua Demonstração de Fluxo de Caixa indireta, um consumo de caixa das atividades operacionais de R\$ 3,2 milhões, contra um consumo de R\$ 2,4 milhões observado no ano de 2015 e R\$ 1,4 milhão de 2014. Ainda segundo as demonstrações, as atividades de investimento consumiram R\$ 16.300 mil em 2016, R\$ 23,8 milhões em 2015 e R\$ 9,8 milhões em 2014, com variações de redução de 32,5 % de 2015 para 2016 e de aumento de 141% de 2014 para 2015. Além dos fluxos de caixa operacionais, para realização das atividades de investimentos foram utilizados recursos de terceiros, tais como as captações de empréstimos. Os montantes de terceiros incorporados ao caixa líquido foram de R\$ 0,6 milhão em 2016, R\$ 526 mil em 2015 e 2014, referente à amortizações. Foi desembolsado em recursos aos acionistas o montante de R\$ 19,5 milhões em 2016, R\$ 7,9 milhões em 2015 e R\$ 15,8 milhões em 2014, além de captação de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1,6 milhão em 2014. Assim, o resultado líquido das atividades de financiamento fecharam os anos com saídas de caixa de R\$ 20,1 milhões em 2016, R\$ 8,4 milhões em 2015, R\$ 14,7 milhões em 2014.

| R\$ mil | 2016 | 2015 | 2014 |
|--|--------|--------|--------|
| Índices de Liquidez | | | |
| Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) | 11.041 | 10.475 | 20.066 |
| Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante) | 11.041 | 10.475 | 20.066 |

A Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras para dar continuidade as suas atividades.

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade da empresa para honrar as suas obrigações de curto prazo. A Companhia apresentou um aumento nos seus índices entre 2015 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando que a Afluente T apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade as suas atividades.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

| Estrutura de Capital | Exercício Social terminado em | | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|-------|---------|-------|---------|-------|
| | 2016 | | 2015 | | 2014 | |
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Capital de Terceiros | 11.410 | 13,0% | 10.956 | 12,3% | 7.260 | 8,7% |
| Capital Próprio | 76.206 | 87,0% | 78.418 | 87,7% | 76.650 | 91,3% |

Fonte: DFP

O capital de terceiros considera o passivo circulante somado ao passivo não circulante e o capital próprio leva em consideração o patrimônio líquido da Companhia.

c. comentário sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazos, pois adota uma política conservadora por meio da qual busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com sua geração de caixa. Mesmo assim, a Companhia não pode assegurar que eventos adversos não ocorrerão e não prejudicarão a capacidade de pagamentos da Companhia. No último ano o índice de cobertura da dívida líquida foi:

| Valores em R\$ mil | Exercício Social terminado em | | |
|------------------------------|-------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Dívida Líquida | (37.564) | (38.465) | (25.441) |
| EBITDA | 16.399 | 11.220 | 14.373 |
| Dívida Líquida/EBITDA | -2,29 | -3,43 | -1,77 |

d. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A companhia tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP entre outros. Além dessas fontes, a Companhia tradicionalmente acessa o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento, quando este apresenta condições favoráveis. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

e. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não faz parte da estratégia da companhia acessar fontes de financiamento de capital de giro. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de casamento de fluxo de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Faz parte da política financeira da companhia buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

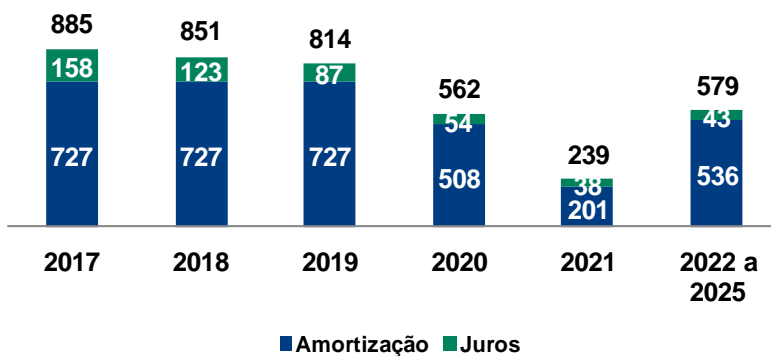
| Estrutura de Capital | Exercício Social terminado em | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|-------|---------|-------|---------|-------|
| | 2016 | | 2015 | | 2014 | |
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Passivo Circulante | 3.960 | 34,7% | 7.065 | 64,5% | 3.066 | 42,2% |
| Passivo Não Circulante | 7.450 | 65,3% | 3.891 | 35,5% | 4.194 | 57,8% |

Fonte: DFP

As informações de dívida e índice de endividamento a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela acima.

| Valores em R\$ mil | Exercício Social terminado em | | |
|------------------------------|-------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Dívida Líquida | (37.564) | (38.465) | (25.441) |
| Dívida Líquida/EBITDA | -2,29 | -3,43 | -1,77 |

Faz parte da política financeira da Afluente T buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. A seguir gráfico de esgotamento de amortizações e encargos da dívida onerosa de Afluente T:

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;**

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

| Fonte | Moeda | Assinatura | Finalidade | Juros | Vencimento | Saldo da Dívida (R\$ mil) | | |
|---|-------|------------|---|-----------|------------|---------------------------|-------|-------|
| | | | | | | 2014 | 2015 | 2016 |
| Banco do Brasil - Finame Repasse 40/01018-X | R\$ | 30/06/2010 | Aquisição de Subestação | 4,5% a.a. | 2020 | 2.944 | 2.417 | 1.890 |
| Banco do Brasil – Finame 40/00971-8 | R\$ | 16/09/2014 | Sistema de Proteção, Supervisão, Controle e Medição | 6,0% a.a. | 2024 | 1.618 | 1.619 | 1.544 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras, assim como contratos de escrituração de ações e contratos de conta corrente e transferências bancárias.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Segue abaixo tabela com a classificação do passivo da Companhia de acordo com o tipo de garantia:

| Credor | Denominação | Saldo devedor em (R\$ mil) | | | Classificação |
|--------------------------------------|-------------|----------------------------|------------|------------|------------------------|
| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2014 | |
| Banco do Brasil — Repasse 40/01018-X | FINAME | 1.890 | 2.417 | 2.944 | Garantia Quirografária |
| Banco do Brasil – 40/00971-8 | FINAME | 1.544 | 1.619 | 1.618 | Garantia Quirografária |
| Outros Passivos* | - | 7.976 | 6.920 | 2.697 | Garantia Quirografária |

* O campo outros passivos considera o passivo total expurgado do passivo oneroso

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro.

Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações.

Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico.

As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras dos anos de 2016 e 2015 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e de 2014 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL - (em R\$ mil)

| ATIVO | 31/12/2016 | AH% | AV% | 31/12/2015 | AH% | AV% | 31/12/2014 | AV% |
|--|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
| CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35.307 | -16% | 40% | 42.264 | 44% | 47% | 29.284 | 35% |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber | 4.470 | 7% | 5% | 4.186 | -8% | 5% | 4.554 | 5% |
| Títulos e valores mobiliários | 467 | 4669900% | 1% | 0 | 0% | 0% | - | 0% |
| Impostos e contribuições a recuperar | 80 | -37% | 0% | 126 | -64% | 0% | 349 | 0% |
| Concessão do serviço público (ativo financeiro) | 28.553 | 4% | 33% | 27.340 | 1% | 31% | 26.955 | 32% |
| Outros ativos circulantes | 4 | -95% | 0% | 88 | -77% | 0% | 379 | 0% |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 68.881 | -7% | 79% | 74.004 | 20% | 83% | 61.521 | 73% |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5.224 | 2104% | 6% | 237 | -67% | 0% | 720 | 1% |
| Impostos e contribuições a recuperar | 289 | 2% | 0% | 282 | 907% | 0% | 28 | 0% |
| Depósitos judiciais | 173 | 44% | 0% | 120 | 25% | 0% | 96 | 0% |
| Concessão do serviço público (ativo financeiro) | 13.049 | -11% | 15% | 14.630 | -32% | 16% | 21.444 | 26% |
| Outros ativos não circulantes | - | -100% | 0% | 101 | 0% | 0% | 101 | 0% |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 18.735 | 22% | 21% | 15.370 | -31% | 17% | 22.389 | 27% |
| TOTAL DO ATIVO | 87.616 | -2% | 100% | 89.374 | 7% | 100% | 83.910 | 100% |
| PASSIVO | 31/12/2016 | AH% | AV% | 31/12/2015 | AH% | AV% | 31/12/2014 | AV% |
| CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Fornecedores | 1.559 | -22% | 2% | 2.011 | 141% | 2% | 833 | 1% |
| Empréstimos e financiamentos | 735 | 20% | 1% | 610 | 12% | 1% | 543 | 1% |
| Taxas regulatórias | 508 | 230% | 1% | 154 | -31% | 0% | 222 | 0% |
| Impostos e contribuições a recolher | 792 | -25% | 1% | 1.062 | -7% | 1% | 1.148 | 1% |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 92 | -97% | 0% | 3.072 | 4626% | 3% | 65 | 0% |
| Outros passivos circulantes | 274 | 76% | 0% | 156 | -39% | 0% | 255 | 0% |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 3.960 | -44% | 5% | 7.065 | 130% | 8% | 3.066 | 4% |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 2.699 | -21% | 3% | 3.426 | -15% | 4% | 4.020 | 5% |
| Taxas regulatórias | 178 | -53% | 0% | 380 | 313% | 0% | 92 | 0% |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 3.994 | 39939900% | 5% | 0 | 0% | 0% | - | 0% |
| Provisões | 553 | 1395% | 1% | 37 | 100% | 0% | - | 0% |
| Outros passivos não circulantes | 26 | -46% | 0% | 48 | -41% | 0% | 82 | 0% |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 7.450 | 91% | 9% | 3.891 | -7% | 4% | 4.194 | 5% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital social | 63.085 | 0% | 72% | 63.085 | 0% | 71% | 63.085 | 75% |
| Reservas de lucro | 7.047 | 11% | 8% | 6.332 | 11% | 7% | 5.700 | 7% |
| Proposta de distribuição de dividendos adicional | 6.074 | -33% | 7% | 9.001 | 14% | 10% | 7.865 | 9% |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 76.206 | -3% | 87% | 78.418 | 2% | 88% | 76.650 | 91% |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 87.616 | -2% | 100% | 89.374 | 7% | 100% | 83.910 | 100% |

Análise dos principais ativos e passivos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo

Segue abaixo análise das variações das principais contas do ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

A Afluente T é uma empresa com fluxo de caixa superávit, onde temos uma receita média superior a duas vezes o seu desembolso operacional somado ao serviço da dívida (amortização e juros), tornando-se dessa forma uma empresa acumuladora de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

Títulos e valores mobiliários

Em 2015, o saldo de TVM na carteira do Fundo BB Polo 28 era de R\$ 0,2 milhão. Já em 2016 este saldo aumentou para R\$ 5.7 milhões, devido a compra de letras financeiras dentro do Fundo.

A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

As debêntures com vencimento superior a 2014 entram como LP e as dentro do ano vigente como CP. A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

Impostos e contribuições a recuperar

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção.

A variação entre os anos de 2014 para 2015 deve-se a reclassificação da conta de INSS a compensar do ativo circulante para o ativo não circulante, acarretando um aumento do ativo não circulante e uma diminuição no ativo circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e à recebíveis pela construção e operação de linhas de transmissão classificados como ativos financeiros por serem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro, nas distribuidoras é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes. Nas Transmissoras, essa parcela é remunerada pelo juro efetivo do projeto, auferido através do método de taxa interna de retorno e mensurado através do custo amortizado.

Em 2016, a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária concluiu os investimentos no Ativo Imobilizado relativos ao projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação, sendo R\$ 0,4 milhão menor que no exercício anterior. A TIR anual em 2016 foi de 4,29 e 3,29 em 2015, reduzindo a atualização de juros do Ativo Financeiro.

Em 2014 a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária realizou R\$ 5,6 milhões em investimento no Ativo Imobilizado, R\$ 1,3 milhão menor que no exercício anterior. Tal adição é refletida no Ativo Financeiro de Longo Prazo. A TIR mensal em 2014 foi de 3,66% reduzindo em 0,56 p.p em relação a 2013, reduzindo a atualização de juros do Ativo Financeiro.

Passivo

Fornecedores

A redução de R\$ 1,5 milhão refere-se principalmente aos pagamentos dos fornecedores do projeto de Tomba Governador Mangabeira e projeto de reforço de Brumado devido à conclusão dos projetos em questão.

A Companhia mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 390 de valores em aberto com a Neoenergia O&M. Em 2015, possuía R\$ 0,5 milhão des valore em aberto.

A Afluente T mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía valores em aberto com a Neoenergia O&M, pois foram quitados no período corrente.

Taxas Regulamentares

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Variação referente à transferência de saldo do longo para ao curto prazo, em decorrência das estimativas de realização dos gastos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) dos próximos 12 meses.

Provisões

Houve variação crescente referente à provisão para contingências trabalhistas, devido à contabilização de processos e suas respectivas atualizações monetárias que estavam contabilizados na Afluente G, porém pertenciam a Afluente T.

Empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,2 milhões, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluente T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1,6 milhão e taxa de 6% a.a. Em dezembro de 2016, a dívida líquida consolidada de Afluente T foi R\$ 3,4 milhões.

Dividendos e juros sobre o capital próprio (Valores em R\$ mil)

| | |
|---------------------------------|----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 65 |
| Declarados | 2.899 |
| Propostos | 108 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 3.072 |
| Declarados | 16.500 |
| Pagos no exercício | (19.480) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 92 |

A variação ocorrida entre os anos de 2015 e 2016 deve-se ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 2015. Os dividendos adicionais propostos foram aprovados na AGO em Abril/16 e foram liquidados dentro do exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)**

| | 31/12/2016 | AH% | AV% | 31/12/2015 | AH% | AV% | 31/12/2014 | AV% |
|--|-----------------|--------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| RECEITA BRUTA | 35.792 | 10,2% | 114,2% | 32.479 | -16,0% | 118,5% | 38.653 | 118,5% |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (4.439) | -12,3% | -14,2% | (5.062) | 26,2% | -18,5% | (4.010) | -18,5% |
| RECEITA LÍQUIDA | 31.353 | 14,4% | 100,0% | 27.417 | -20,9% | 100,0% | 34.643 | 100,0% |
| CUSTOS DOS SERVIÇOS | (14.175) | -8,0% | -45,2% | (15.409) | -12,5% | -56,2% | (17.607) | -56,2% |
| LUCRO BRUTO | 17.178 | 42,1% | 54,8% | 12.088 | -29,0% | 44,1% | 17.036 | 44,1% |
| Despesas gerais e administrativas | (779) | -1,1% | -2,5% | (788) | -70,4% | -2,9% | (2.663) | -2,9% |
| LUCRO OPERACIONAL | 16.399 | 46,2% | 52,3% | 11.220 | -21,9% | 40,9% | 14.373 | 40,9% |
| Receitas financeiras | 5.454 | 17,3% | 17,4% | 4.651 | 34,9% | 17,0% | 3.449 | 17,0% |
| Despesas financeiras | (616) | 30,2% | -2,0% | (473) | -2,3% | -1,7% | (484) | -1,7% |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 21.237 | 37,9% | 67,7% | 15.398 | -11,2% | 56,2% | 17.338 | 56,2% |
| Imposto de renda e contribuição social | (5.163) | 86,7% | -16,5% | (2.765) | 17,4% | -10,1% | (2.356) | -10,1% |
| Corrente | (1.169) | -57,7% | -3,7% | (2.765) | 17,4% | -10,1% | (2.356) | -10,1% |
| Diferido | (3.994) | 39939900,0% | -12,7% | (0) | 0,0% | 0,0% | - | 0,0% |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 14.288 | 13,1% | 45,6% | 12.633 | -15,7% | 46,1% | 14.982 | 46,1% |

A variação no saldo do grupo de Despesas Gerais e administrativas no ano de 2016 para 2015, refere-se à redução nos gastos com serviços de terceiros em 2016, porém houve aumento na provisão para contingência devido a contabilização de um processo que estava na Afluente G, mas era da Afluente T no valor de R\$ 0,3 milhão.

A variação no saldo do grupo de Despesas Gerais e administrativas no ano de 2015 para 2014, refere-se à conta de Auditoria e consultoria R\$ 0,5 milhão, conta Publicações legais R\$ 0,2 milhão, anuidade Bovespa 2015 AFLT R\$ 34 e Baixa conforme levantamento do laudo RTP R\$ 0,2 milhão.

Receita :

No exercício de 2016 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) aumento de receitas financeiras sobre aplicações devido a uma maior quantidade de recursos aplicados; (ii) aumento das despesas financeiras de atualização de contingências de R\$ 0,2 milhão devido à contabilização do processo na Afluente T visto que estavam contabilizados na Afluente G indevidamente.

No exercício de 2014 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) baixa do ativo imobilizado montante de R\$ 1,1 milhão que reduziu a receita financeira da concessão em R\$ 0,7 milhão até a data da baixa em abril/14; (ii) revisão do modelo de projeção do IFRIC 12, com ajustes nos investimentos entre 2014 e 2027 (final da concessão), o qual reduz o fluxo de caixa líquido projetado em aproximadamente R\$ 2,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Valores em R\$ mil

| Componente da Receita Bruta | 2016 | Δ16/15 | 2015 | Δ15/14 | 2014 |
|--|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Receita pela disponibilidade da rede elétrica (a) | 30.535 | 18,1% | 25.848 | -11,6% | 29.240 |
| Receita de construção da infraestrutura da concessão (b) | 5.224 | -20,9% | 6.606 | -29,6% | 9.383 |
| Outras receitas operacionais | 33 | 32,0% | 25 | -16,7% | 30 |
| Total | 35.792 | 10,2% | 32.479 | -16,0% | 38.653 |

Fonte: DFP

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão e, remunerar pela construção dos ativos de transmissão através receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre saldo de ativo financeiro recebível de concessão de transmissão.

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Valores em R\$ mil

| | 2016 | Δ16/15 | 2015 | Δ15/14 | 2014 |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| Receita Bruta | 35.792 | 10,2% | 32.479 | -16,0% | 38.653 |
| Deduções da Receita Bruta | -4.439 | -12,3% | -5.062 | 26,2% | -4.010 |
| Receita Líquida | 31.353 | 14,4% | 27.417 | -20,9% | 34.643 |
| Custos e Despesas Operacionais | -14.954 | -7,7% | -16.197 | -20,1% | -20.270 |
| Material | -101 | -72,8% | -371 | 375,6% | -78 |
| Serviço de Terceiros | -8.552 | 0,5% | -8.509 | 2,9% | -8.272 |
| Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica - TFSEE | -151 | 4,9% | -144 | 14,3% | -126 |
| Arrendamento e Aluguéis | -14 | -41,7% | -24 | -72,4% | -87 |
| Tributos | -118 | 100,0% | -59 | -90,9% | -649 |
| Provisões Líquidas - PCLD | 237 | - | 0 | - | -65 |
| Provisões Líquidas - Contingências | -494 | - | 0 | - | -29 |
| Despesas de Construção | -5.224 | -20,9% | -6.606 | -29,6% | -9.383 |
| Outros | -537 | 11,0% | -484 | -69,4% | -1.581 |
| Lucro Operacional | 16.399 | 46,2% | 11.220 | -21,9% | 14.373 |

Fonte: DFP

O aumento de R\$ 5,2 milhões impactado no Lucro Operacional da Companhia, no ano de 2016, foi influenciado, principalmente, pela Receita de Concessão, que corresponde à aplicação da taxa de retorno do projeto (TIR) sobre a base de recebíveis, bem como da remuneração pela operação e manutenção da rede. Ressalta-se que o saldo de recebíveis encaminha-se para a redução, de acordo com o prazo de concessão, contudo este resultado foi compensado pelo reajuste anual da RAP (Receita Anual Permitida), em conjunto esses dois fatores gerou um aumento de R\$ 4,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O principal impacto no resultado de 2015 foi o início da vigência das tarifas após o processo da segunda Revisão Tarifária Periódica que iniciou em 2014 e o resultado foi publicado pela ANEEL em 16 de junho de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.899, que levou em consideração o disposto no submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que estabelecem os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Periódicas das receitas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica existentes.

No exercício de 2014 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) baixa do ativo imobilizado montante de R\$ 1.131 que reduziu a receita financeira da concessão em R\$ 700 até a data da baixa em abril/14; (ii) revisão do modelo de projeção do IFRIC 12, com ajustes nos investimentos entre 2014 e 2027 (final da concessão), o qual reduz o fluxo de caixa líquido projetado em aproximadamente R\$ 2.000.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Afluente T decorre em sua totalidade das atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos

Em fevereiro de 2016, a Companhia concluiu o projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação. Cabe ressaltar que a RAP do reforço em Brumado II será definida no próximo ciclo (2017/2018).

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2098, de 28 de junho de 2016, é de R\$ 37.423 para o período 2016/2017. Para o período 2015/2016 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 33.600 para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| Resultado Financeiro Líquido (R\$ Mil) | 2016 | Δ 16/15 | 2015 | Δ 15/14 | 2014 |
|--|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| Renda de Aplicações Financeiras | 5.432 | 17% | 4.636 | 42% | 3.266 |
| Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais e Swap | (170) | -16% | (202) | -20% | (254) |
| Outras receitas (despesas) financeiras líquidas | (424) | 66% | (256) | 445% | (47) |
| Resultado Financeiro | 4.838 | 16% | 4.178 | 41% | 2.965 |

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia apresentou um resultado positivo de R\$ 4.838 mil em 2016, representando um aumento de R\$ 660 mil, quando comparado ao mesmo período de 2015, quando foi de R\$ 4.178 mil, que equivale a um aumento de 16%. Ele vem sendo diretamente influenciado pelos impactos de índices de preços e dos juros.

O principal fator para a variação do Resultado Financeiro deve-se ao melhor rendimento das aplicações financeiras em função do aumento da taxa referência (CDI), representando 14,00% acumulado no ano de 2016, equivalente a elevação de 0,82 pontos percentuais em comparação ao ano anterior, onde foi de 13,18%.

2016**Receitas**

Inflação: o IGP-M acumulado de 2016 foi de 7,79%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 10,54%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica, porém, esse não interfere na capacidade de geração de receita da Companhia essa não esta exposta a demanda, pois toda sua capacidade de geração já foi contratada.

CDI: O CDI acumulado de 2016 foi de 14,00%, enquanto o acumulado de 2015 foi de 13,18%. Um aumento de 0,82% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

2015**Receitas**

Inflação: o IGP-M acumulado de 2015 foi de 10,54%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 3,67%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica, porém,esse não interfere na capacidade de geração de receita da Companhia essa não esta exposta a demanda, pois toda sua capacidade de geração já foi contratada.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CDI: O CDI acumulado de 2015 foi de 13,18%, enquanto o acumulado de 2014 foi de 10,77%. Um aumento de 2,41% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

2014**Receitas**

Inflação: o IGP-M acumulado de 2014 foi de 3,67%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 5,52%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.

CDI: O CDI acumulado de 2014 foi de 10,77%, enquanto o acumulado de 2013 foi de 8,02%. A redução 4,05% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

Despesas

Inflação: a inflação medida pelo IGP-M descrita anteriormente afeta diretamente os custos operacionais da empresa relacionados aos salários, contratos e demais obrigações relacionadas ao negócio da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos regulatórios e trabalhistas.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para os exercícios findos em 31/12/2015 e 31/12/2016.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, inclusive derivativos, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício findo em 31/12/2014.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Normas interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (Vigência a partir de 01/01/2018) - Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" (Vigência a partir de 01/01/2018) - A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

IFRS 16 – “Arrendamento” (Vigência a partir de 01/01/2019) - A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

IAS 7 – “Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7” (Vigência a partir de 01/01/2017) - As alterações exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

IAS 12 – “Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12” (Vigência a partir de 01/01/2017) - As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (Vigência a partir de 01/01/2018) - Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” (Vigência a partir de 01/01/2018) - A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

IFRS 16 – “Arrendamento” (Vigência a partir de 01/01/2019) - A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Alteração IFRS 11 – “Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias” (Vigência a partir de 01/01/2016) - A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta.

Alteração IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização” (Vigência a partir de 01/01/2016.) - Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - “Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação” (Vigência a partir de 01/01/2016.) - As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

IAS 19 - “Benefícios a Empregados” (Vigência a partir de 01/01/2016) - Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

IFRS 5 – “Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas” (Vigência a partir de 01/01/2016) - Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” - Contratos de serviços geralmente atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).

Alteração IAS 1 - “Iniciativa de divulgação” (Vigência a partir de 01/01/2016) - Tem o objetivo de esclarecer : (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.

A Administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos períodos em análise, não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

No período de 2016, não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

No período de 2015, não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

No período de 2014, não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos regulatórios e trabalhistas

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Reconhecimentos de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela transmissão de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita da concessão:**Receita de operação e manutenção**

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Receita financeira da concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

Contas a receber de clientes e outros

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD", quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

Recebíveis de concessão de serviço público

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP).

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, à saber:

- (a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável, pois não ocorreram arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, pois não ocorreram recebíveis baixados.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável aos itens acima. A companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Afluente T investiu aproximadamente R\$ 5,2 milhões em 2016 em serviços e materiais para Operação e Manutenção das Subestações e Linhas de Transmissão e orçou R\$ 2,3 milhões para o ano de 2017 com o objetivo de aumentar o desempenho e confiabilidade na operação de seus ativos.

Em 31 de julho de 2012, foi publicada a Resolução Autorizativa: nº 3.619, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.000, de 19/03/2013, autorizando a Afluente T a implantar reforços conforme especificações a seguir:

I – Alteração da tensão de operação da Linha de Transmissão Funil – Poções de 138 kV para 230 kV e seu reencabeçamento da subestação Poções para a nova subestação Poções II, originando o trecho em 230 kV Funil – Poções II.

II – Subestação Poções II:

a) instalação de uma entrada de linha em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para a Linha de Transmissão 230 kV Funil – Poções II; e

b) adequação do módulo de infraestrutura geral pela instalação de módulo de infraestrutura de manobra e de infraestrutura geral para acessante.

III – Subestação Funil:

a) instalação de uma entrada de linha em 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, para a Linha de Transmissão 230 kV Funil – Poções II; e

b) adequação do módulo de infraestrutura geral pela instalação de módulo de infraestrutura de manobra e de infraestrutura geral para acessante.

O atendimento às determinações da referida Resolução está condicionada à revisão, por parte da ANEEL, do escopo das atividades, dos valores de Investimentos e RAP autorizados, bem como dos prazos para execução das obras. As tratativas para esta revisão estão sendo realizadas entre Afluente T e ANEEL, e a previsão para recebimento da Resolução Autorizativa revisada é março de 2017. O valor total orçado para este investimento foi de R\$ 35 milhões, sendo previstos R\$ 15 milhões para 2017 e R\$ 20 milhões para 2018.

A Afluente T, em 24 de setembro de 2013 foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 4.347, a instalar três chaves seccionadoras, estruturas físicas e alteração de projetos para adequação de barra dupla quatro chaves da SE Brumado II 230/69 kV, localizada no Estado da Bahia, com finalidade de manter a qualidade das instalações e aumentar a confiabilidade do Sistema. Esta implantação foi concluída em maio de 2016 e foram investidos R\$ 1.164 milhão.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A implantação e energização das três seccionadoras foi concluída em novembro de 2015. Em 2015 foi realizado o valor de R\$ 923 mil e o previsto para 2016 de R\$ 577 mil. A Afluente T recebeu a Resolução Autorizativa nº 2.920/2011 para serviços de complementação do circuito para separar o circuito da LT 230 kV Camaçari II/ Governador Mangabeira, da CHESF, com a construção de 1,055 km de circuito duplo com um condutor por fase do tipo CAA 636 MCM GROSBEAK e dois cabos para raios por fase de aço 7,94 mm². Esta implantação foi concluída em janeiro de 2016 e foram investidos R\$ 360 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2016 a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, pois não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Lei nº. 9.991, de 24 de julho de 2000, determina que as concessionárias do setor de energia elétrica, onde atua o Grupo Neoenergia, devem destinar 0,5% da sua receita operacional líquida para investir em Pesquisa e Desenvolvimento e mais 0,5% em Eficiência Energética (EE). Por sua vez, as empresas de Geração (o grupo possui 13 delas) e Transmissão (o grupo possui 02 delas), são obrigadas a aplicar 1% de sua receita apenas em P&D. Tudo isso sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Grupo Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas no Manual de P&D. O Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica foi aprovado pela Resolução Normativa (REN) da Aneel nº

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

219, de 11 de abril de 2006, e posteriormente alterado pelas Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e, recentemente, pela REN nº 754 de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em umas das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, os 05 projetos de P&D em andamento no período de 2014 a 2016, da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T, listados abaixo, referem-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

- PD-0453-0006/2011 - Desenvolvimento de um Protótipo Experimental de Transformador de Potência utilizando o Fluxo Magnético das Linhas de Transmissão para a Transformação de Potência Elétrica. Trata-se de um projeto cooperado entre a Itapebi (proponente), Afluente G, Afluente T e Baguari I, cujo objetivo principal foi a construção de um protótipo experimental de transformador de potência elétrica para converter a energia eletromagnética do fluxo magnético disperso presente em linhas de transmissão e distribuição de alta tensão, bem como em subestações transformadoras de energia, em energia elétrica;
- PD-0453-0007/2011 - Desenvolvimento de um Veículo Aéreo Autônomo Não Tripulado para Multi-Inspeção. Projeto realizado de forma cooperada entre Itapebi (proponente), Afluente G, Afluente T e Geração CIII, objetivando desenvolver uma nova classe de veículo híbrido (quadrutor e dirigível) autônomo aéreo, com grande autonomia, controlabilidade capaz de fazer inspeções de linhas de transmissão, subestações, faixas de domínio, controle de queimadas e de reservatórios;
- PD-0453-0008/2011 - Desenvolvimento de Módulo de Secagem de Transformadores Energizados através de Atmosfera de Nitrogênio Desidratado. Este projeto foi cooperado entre Itapebi (proponente), Afluente G, Afluente T e Baguari I e teve como objetivo o desenvolvimento de módulo de secagem de transformadores energizados através da desidratação do gás nitrogênio utilizado na selagem e conservação destes equipamentos;
- PD-0453-0010/2011 - Desenvolvimento de Óleo Nanoaditivado para Melhoria da Eficiência Térmica de Transformadores a Óleo Vegetal. Projeto realizado de forma cooperada entre Itapebi (proponente), Afluente G, Afluente T, Baguari I e Geração CIII. O objetivo do projeto foi desenvolver uma solução tecnológica economicamente viável que aumentasse a capacidade de condução de calor do óleo isolante elétrico vegetal, aditivando-o com um produto nano estruturado;
- PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Afluente T (proponente), Coelba, Cosern, e Consórcio Energética Águas da Pedra – EAPSA, e tem por objetivo a obtenção de hardware e software para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento de responsabilidade entre a rede e uma unidade de geração convencional ou não, e, vice-versa. Determinação das parcelas de responsabilidades harmônicas entre as partes envolvidas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 2014, foram encerrados os seguintes projetos: PD-0453-0006/2011 - Desenvolvimento de um Protótipo Experimental de Transformador de Potência utilizando o Fluxo Magnético das Linhas de Transmissão para a Transformação de Potência Elétrica; PD-0453-0007/2011 - Desenvolvimento de um Veículo Aéreo Autônomo Não Tripulado para Multi-Inspeção; PD-0453-0008/2011 - Desenvolvimento de Módulo de Secagem de Transformadores Energizados através de Atmosfera de Nitrogênio Desidratado; e PD-0453-0010/2011 - Desenvolvimento de Óleo Nanoaditivado para Melhoria da Eficiência Térmica de Transformadores a Óleo Vegetal.

Adicionalmente, está em andamento o projeto PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas, que iniciou em 2016.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Afluente T em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2014, R\$ 28.500,00;
- Em 2015, R\$ 25.340,51;
- Em 2016, R\$ 55.815,21.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos no Grupo Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2014 a 2016, a empresa Afluente T não desenvolveu projetos de P&D nestas fases da cadeia de inovação.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de 2014 a 2016, a empresa Afluente T não realizou desembolsos para a execução de projetos de P&D em fase de cabeça de série, lote pioneiro ou inserção de mercado.

v. fontes de financiamento dos investimentos

No período de 2014 a 2016, não houve ingresso de financiamento externo para projetos de P&D.

vi. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável. Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenha sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.